A MERENDA ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA[1]

Valdir Vieira dos Santos[2]

RESUMO

Este trabalho pretende identificar as contribuições da educação alimentar para o desenvolvimento intelectual dos alunos, através da merenda escolar. O estudo analisa o contexto de implementação da merenda na escola, enfatizando as tentativas e mudanças conceituais e práticas desde meados do século XX. Enfatiza a influência da alimentação no processo de aprendizagem e na permanência do aluno na escola. Esta influência é respondida mediante o tipo, a qualidade e a variedade de alimentos fornecidos na própria merenda escolar. Neste sentido, o artigo pauta-se em estudos teóricos e abordagens da legislação que fundamentam e asseguram a merenda na escola. Além destas fontes, analisa depoimentos e experiências de professores que atuam diretamente com crianças da escola pública e vivenciam o ensino e a aprendizagem que dependem da merenda escolar e da boa alimentação.

Palavras-chave: Merenda Escolar. Alimentação Saudável. Ensino e Aprendizagem.

---

[1] Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Profa. Msc. Rita de Cássia Dias Leal.
[2] Acadêmico concludente do curso de Pedagogia da Faculdade São Luis de França.

1 INTRODUÇÃO

Os alimentos exercem um encanto especial nos seres humanos. Desde os primórdios que a escolha dos alimentos está diretamente ligada a sobrevivência da espécie e, posteriormente, ao seu desenvolvimento. De certo, com o passar dos tempos, e em notáveis evoluções na produção e transformação dos alimentos para o consumo humano, os gostos e preferências acabam por se diversificar e apurar. Cada vez mais exigentes, as pessoas procuram alimentos que contemplem saúde, sabor, beleza, aromas e até status. No que se refere às crianças, no âmbito da alimentação escolar, não é diferente, uma vez que estas normalmente comem pela influencia de outras crianças, de alguns adultos e fortemente pelo visual do alimento.

Dentre as conquistas alcançadas, com a construção e divulgação deste trabalho, pretende-se identificar as contribuições da educação alimentar através da merenda escolar para o desenvolvimento intelectual do aluno. Visa identificar os itens considerados corretos para alimentação do aluno, a relação da rotina alimentar dos alunos com seus variados níveis escolares, e analisar o tipo de alimentação para cada fase de crescimento físico e mental dos mesmos, através da merenda escolar.

Para tanto, o processo metodológico foi desenvolvido através do estudo exploratório, da pesquisa bibliográfica e documental, baseada em livros, leis, decretos e demais documentos que relatem a criação, evolução e desenvolvimento do objeto desta pesquisa. A partir desses procedimentos, as leituras são associadas ao contexto vivido na escola, especialmente com base em depoimentos de professores. Desta maneira, consideramos a escola como espaço educativo, não só para o aprendizado formal (escolar), mas também para um direcionamento de hábitos saudáveis, diretamente ligados ao comportamento dos alunos, inclusive no que diz respeito à sua alimentação.

Através da leitura e interpretação de obras e documentos que tratam do tema, foi possível encontrar relatos de ações, especificamente sobre o quesito alimentação, não apenas na escola, mas no dia-a-dia das pessoas. Na maioria dos estudos acerca da alimentação escolar, percebe-se uma predominância de ações e de pesquisas onde não se identifica com clareza a conotação pedagógica. Ou seja, a alimentação escolar é oferecida como um suprimento de necessidades físicas e

nutricionais dos alunos e quase sempre, o foco dos estudos existentes apenas identifica sua eficácia em razão da quantidade e da periodicidade fornecidas e a satisfação dos assistidos. Quando é possível observar uma intenção realmente educativa, no fornecimento da alimentação na escola, verifica-se que este é um procedimento realizado por uma minoria de instituições educacionais. Os marcos e a legislação para este fim serão expostos no desenvolvimento deste artigo.

Este trabalho justifica-se por sua relevância acadêmica e social, especialmente por abordar um tema de grande valor para o desenvolvimento físico e mental da criança. O item alimentação está presente na existência e sobrevivência humana, não podendo ser desconsiderado ou mesmo negligenciado no tocante a busca do seu conhecimento e valor, para a formação e o desenvolvimento das pessoas.

2 A MERENDA ESCOLAR E OS CAMINHOS DE SUA REGULAMENTAÇÃO

De acordo com a Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo. Para alguns autores, as primeiras iniciativas de fornecimento da merenda escolar começaram a acontecer desde o início do século XX, através de ações das caixas escolares, formadas por associações de auxílio, e algumas entidades filantrópicas e assistenciais. Isso se deu em virtude da constatação, na época, de que o Brasil estava em um estado de calamidade social, em que a renda per capta da maioria dos brasileiros não subsidiava uma alimentação adequada.

Os governos estaduais e a sociedade civil tomaram várias iniciativas para a concretização da oferta da merenda escolar. Mas somente em 1950 foi estruturado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, sob a responsabilidade do Poder Público, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. No entanto, apenas o Programa de Alimentação Escolar teve continuidade, graças ao financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente

UNICEF, que permitiu a distribuição nas escolas do excedente de leite em pó, inicialmente destinado à campanha de nutrição materno-infantil (JESUS, 2011, p. 9).

A autora contribui apresentando uma sequência histórica, relatando as tentativas para garantia de uma alimentação escolar saudável, através da merenda escolar. Foi mediante o Decreto n. 37.106, de 31 de março de 1955, que foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME) com o objetivo de incentivar a distribuição da alimentação para as crianças no período escolar, aliada ao incentivo à melhoria do seu valor nutritivo e à promoção de medidas para a aquisição de produtos ricos em proteínas e vitaminas. Na ocasião, foram firmados convênios com organismos internacionais para a concretização do programa. Com o Decreto nº. 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). A intenção com a alteração da denominação era promover o atendimento em âmbito nacional.

Em 1965, a denominação da CNME foi alterada para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), mediante o Decreto n°. 56.886, surgindo vários programas de ajuda americana, entre eles, o Alimento para a Paz, financiado pela Usaid; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado para o atendimento à alimentação das populações carentes e de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU (Food and Agriculture Organization – [Alimentação e a Agricultura Organização] – Organização das Nações Unidas). Com o fim da ajuda externa, em 1972, o governo assumiu quase a totalidade dos custos da alimentação escolar, criando o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN (Decreto nº. 5829/72), com o objetivo de estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, consolidadas no I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – I PRONAN.

A partir de 1976, financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa passa a fazer parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), que tinha o objetivo de proporcionar suplementação alimentar aos escolares do 1º grau das escolas públicas e aos pré-escolares. A proposta consistia no fornecimento de uma refeição de valor nutricional que equivalesse de 15% a 30% das recomendações nutricionais diárias, durante o ano letivo. Finalmente, em 1979, passou a denominar-se

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), denominação utilizada até os dias atuais, com o status de um dos maiores programas de alimentação do mundo.

No ano de 1981, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) passa a ser gerenciado pelo Instituto Nacional de Auxílio ao Estudante (INAE) e, em 1983, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), fruto da fusão do INAE com a Fundação Nacional de Material Escolar – FNME. Já com a promulgação da Constituição, em 1988, a alimentação escolar passa a ser um direito constitucional, a ser oferecido pelos governos federal, estadual e municipal, inicialmente para os alunos do ensino fundamental, obrigatório e gratuito nas escolas públicas, e depois, com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009, para os alunos de todas as etapas da educação básica. A partir daí, o PNAE sofreu avanços, passando de um programa assistencialista a direito humano.

Quase uma década depois, em 1990, a FAE incluiu entre os objetivos do PNAE a elevação dos níveis alimentares e nutricionais, visando à melhoria do rendimento e redução da evasão escolar. Mas somente em 1994, sob a Lei nº. 8913, de 12 de julho, se determinou a necessidade de nutricionistas para a elaboração dos cardápios e foi ressaltada, no artigo 4º, a importância dos Conselhos Escolares de Alimentação (CAE), órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento.

Por fim, em 1996, a Portaria nº. 291, de 8 de agosto, determinou a adoção na composição do cardápio de, no mínimo de 350 kcal. de energia e 9 gramas de proteínas. Em 1998, com a extinção da FAE, o PNAE passou a ser gerenciado pela Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Esse contexto é importante para uma melhor compreensão a respeito da força da legislação, da consciência social e política, inerente à responsabilidade na educação e na construção do conhecimento. Os caminhos e as alterações sofridas, em termos de denominação e abrangência, apontam para a necessidade de uma prática estável e significativa no interior das instituições escolares.

3 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E EDUCAÇÃO ALIMENTAR NA ESCOLA

A educação alimentar deve ter como maior objetivo, a construção de uma alimentação saudável, que não deixa de lado os hábitos que fazem parte da cultura de cada pessoa. Haja vista o termo educação ser mais constante, não visa destruir o que já é conhecido pelo indivíduo, apenas modificar algumas atitudes e valorizar novas. Percebe-se claramente que já vai longe o conceito de que o incentivo a educação alimentar se da através da prática da educação nutricional tradicional, que consistia na pura e simples transmissão de conhecimentos de nutrição para as pessoas, de uma forma totalmente homogênea. A prática de palestras com conteúdos voltados apenas aos aspectos biológicos da alimentação, onde se destacavam os efeitos nutricionais de cada alimento no organismo o que, não deixa de ser uma informação importante, porém, não contemplam aspectos culturais locais e suas notórias desigualdades sociais. O que sem dúvida acaba comprometendo o acesso de grande parte da população a uma alimentação realmente adequada.

Taddei (2011) descreve enfaticamente que o vilão da obesidade infantil é o sedentarismo, associado ao consumo de produtos ricos em açúcar, gorduras e sal, mas o grande vilão é o marketing da indústria alimentícia. Para o hábito de alimentar-se de maneira equilibrada, não se pode contemplar apenas o fato de comer verduras, legumes, frutas, peixes e etc. Sem dúvida, estes são alimentos que devem estar presentes em nosso cardápio diário. No entanto, são somente alguns dos alimentos que devemos consumir. Para adequar nossos hábitos alimentares a uma verdadeira alimentação saudável, é preciso contemplar uma combinação mais ampla e complexa de alimentos para só então, atingirmos esse objetivo. Em uma alimentação saudável, não há excesso ou escassez de alimentos e sim, um equilíbrio entre eles e as necessidades do seu consumidor. Neste sentido, a contribuição da escola é decisiva, uma vez que a criança criando o hábito correto, certamente o levará por toda vida adulta.

Ao contrário do que sugere o senso comum, a obesidade é uma doença que atinge especialmente as classes mais baixas de todos os países. No Brasil, essa realidade não é diferente. Os estudos de Taddei (2011) a respeito de nutrição e metabolismo demonstram que, enquanto no Sudeste os gordinhos caíram de 7,5%

para 5,8%, no Nordeste eles passaram de 2,5% para 4,5%. Para o autor, o grande medo das pessoas consiste no fato de que o processo de modernização leve a uma epidemia de obesos.

O autor ainda afirma que os mais pobres e menos informados apresentam piores hábitos alimentares e de atividade física. Nos Estados Unidos, os hispânicos e africanos têm taxas de obesidade 50% maior que as dos brancos. Este alerta é feito no painel Educação Alimentar, Combate à Fome e o Consumo Consciente. Quando pergunta se os melhores hábitos irão se espalhar das elites para toda sociedade ou a obesidade se tornará mais uma doença dos pobres em todo mundo, o autor lança um desafio e afirma que “tudo que comemos e bebemos, seja habitualmente ou esporadicamente, não é apenas uma escolha individual” (TADDEI, 2011, p. 4).

A situação ou posição social, a falta de acesso à informação, ou até mesmo a própria falta do acesso aos alimentos considerados adequados ou de qualidade, podem restringir a opção por uma alimentação adequada. Os hábitos e as preferências alimentares, muitas vezes são baseados em influencias familiares ou sociais. Existe também a influencia do próprio sistema de produção de alimentos, na sociedade onde o individuo está inserido.

Para o incentivo a uma alimentação saudável, a base é, quase sempre, à significação social e cultural dos alimentos, diante do conhecimento já adquirido por parte de seus consumidores, quanto as suas particularidades. O alimento por mais nutritivo e adequado que seja, poderá se tornar uma preferencia de consumo ou não, a depender da ênfase que lhe for dada, principalmente para o publico infantil que come pelo visual do alimento e não por seu valor nutricional, então para que esses alimentos se tornem um hábito saudável é preciso usar estratégias para incentivar o consumo.

Não obstante, a falta ou excesso de uma alimentação balanceada e equilibrada está diretamente ligada ao desenvolvimento intelectual do aluno, sendo que, para acontecer a aprendizagem, é necessário o desenrolar de alguns fatores importantes como: o aluno não pode estar com sono, fome, doente, etc.. Certamente uma criança com fome só pensará em comida, ao invés de tentar entender ou prestar atenção na aula que está sendo ministrada. Seu maior interesse será a hora da merenda escolar, onde poderá suprir algumas necessidades nutricionais que seu

organismo precisa para um bom funcionamento. Isso inclui o cognitivo. Para esses alunos que vivenciam esta realidade, o tempo de exposição com atenção ao conteúdo cai pela metade, o que cria uma lacuna na aprendizagem sem precedente.

Observamos, através de pesquisa empírica, alguns aspectos referentes a esta discussão. Questões relacionadas à merenda escolar e suas influências no cognitivo, tipos de alimentação, rotina da alimentação, questão social, produção da merenda, estrutura física e condições de higiene. E ainda depoimentos de professoras e coordenadora escolar que comentam sobre a merenda escolar e sua importância para os alunos.

Em visita feita a uma escola da rede pública do estado de Sergipe, os depoimentos de duas professoras e uma diretora foram essenciais para a constatação da importância da merenda escolar para os alunos daquela instituição.

O primeiro ponto abordado é a distribuição pela prefeitura municipal, que apresenta algumas falhas, tanto na qualidade, quanto na variedade de produtos. Segundo relato da diretora, a questão da licitação acaba prejudicando a qualidade, quantidade e variedade de alimentos oferecidos na merenda escolar. Os tipos e variedades de frutas são restritos. Chega apenas um tipo de fruta, por exemplo, a que está na época, ou uma quantidade elevada de um tipo de legumes, ou um tipo de biscoito, um tipo de suco.

Outra coisa a ser enfatizada aqui é o fato de que as mercadorias perecíveis não têm uma regularidade na distribuição, e em termos de quantidade, variedades e qualidades dos insumos para a merenda escolar.

Segundo relato da professora que atua na instituição, algumas crianças chegam pela manhã sem se alimentar. Uns por questão financeira, que impede a compra do alimento. Outros por negligencia dos pais que, em alguns casos, acordam atrasados e não lhes resta tempo para alimentarem os seus filhos. Desta maneira, o recreio se torna a hora mais esperada. A professora se esforça para tentar passar o conteúdo planejado, mas nem sempre é possível a compreensão no mesmo nível para todos.

A professora relata ainda que os pais de algumas crianças têm condições financeiras para a compra de lanches. Fato este desfavorável, visto que esses “lanches”, quase sempre, são produtos industrializados, como pipoca, refrigerante, chiclete, biscoito, salgados fritos ou assados de variadas formas. Na alimentação

que é servida durante o horário de recreação, percebe-se a necessidade de algumas ações a respeito da capacitação para a manipulação de alimentos além de uma estrutura física mais adequada para esse fim.

Ainda com base no depoimento da professora, após o recreio observa-se um pouco mais de facilidade para a apreensão do conteúdo por parte dos alunos. É necessário ressaltar, porém, que o tempo de que dispõe o professor, não é suficiente para ensinar todos os conteúdos planejados. E assim é a rotina dos alunos e das professoras da escola pública que vêem na merenda escolar um instrumento para a aprendizagem. A professora quando agraciada com uma elevada frequência de aluno, pode por em prática o desenvolvimento sequencial correto e planejado para suas aulas e para o desenrolar da complexidade dos conteúdos a serem abordados em aula.

Neste sentido, em um primeiro momento, a merenda escolar é fator atraente no quesito frequência dos alunos, embora não seja este o foco principal do fornecimento de alimentação no ambiente escolar. Vale salientar que, diversas pesquisas empíricas demonstram um elevado grau de comprometimento e capacidade dos docentes, no exercício de suas funções. O que muitas vezes lhes falta é exatamente a oportunidade da sequência presencial dos alunos em sala de aula. Esta presença é, sem dúvida, fator indispensável para maior aquisição de conhecimento.

É fato que a merenda contribui para uma maior frequência escolar. Uma vez na escola, os profissionais da educação, juntamente com toda comunidade escolar, acabam ganhando a oportunidade da convivência em maior tempo com seus alunos e consequentemente, o aproveitamento do trabalho cognitivo com estes.

Trabalho muito consistente de Castro (2007), que apresenta o delineamento e a experimentação de método educativo para a promoção da alimentação saudável, tendo a culinária como seu eixo estruturante. A ação educativa foi desenvolvida contemplando merendeiras, professores de ensino fundamental, adolescentes e profissionais de saúde, incluindo equipes de Saúde da Família:

> Esta ação se consistiu em oficina educativa estruturada em: vivência culinária; debate entre os participantes; encontro no qual foram aprofundados os temas surgidos no debate; encontro de avaliação de todo o projeto (CASTRO, 2007, p. 6).

A ação envolvida nesse projeto visa colocar em prática um conjunto de medidas voltadas para uma alimentação mais saudável. E o envolvimento de todos os atores desse processo é importante para que o que foi debatido e teorizado seja de alguma forma e em algum momento colocado em prática.

É pertinente ressaltar que não é o oferecimento de alimentos saudáveis, nem as informações quanto a seu valor nutritivo que fará com que os alunos assimilem e criem um hábito alimentar saudável. As particularidades culturais de cada região, além da cultura da própria escola, deverão proporcionar um investimento contínuo em uma educação alimentar progressiva, que será reforçada à medida que os alunos começarem a reconhecer mudanças em sua saúde, desempenho e aproveitamento. O que realmente se tem procurado, ao longo de diversas discussões e debates, é que cada pessoa entenda, adquira e transmita hábitos alimentares corretos. Para isso, faz-se necessário conhecer bem os alimentos, suas funções para nosso corpo e sua importância para nossa saúde e bem estar.

Assim, estaremos de fato contribuindo para o entendimento de todos, em relação ao incentivo do consumo de alguns alimentos. O hábito de uma alimentação saudável, dita correta, não pode ser baseado através da imposição de um cardápio fixo, sem variações que possam atrair o consumidor desses alimentos. Na verdade devemos entender que, a criação de hábitos saudáveis de alimentação, passa necessariamente por um conjunto organizado de alimentos, suas variações e combinações, que visem proporcionar um verdadeiro prazer durante o consumo e em alguns casos, durante seu preparo.

Taddei (2011, p.8) contribui com o tema, através de relato consistente e provocador:

> Nenhum alimento deve ser proibido. Alimento não é veneno, mas precisamos resgatar a nossa cultura alimentar. Quer saber o que dar para seu filho para evitar obesidade e doenças crônicas? Pergunte à sua avó. Ela sabe. A sociedade de consumo está tão confusa que esqueceu o que consumia quando criança. Dê para o seu filho o que você comia quando criança. Quando perdemos a cultura, perdemos a humanidade, a troca de afeto. O convívio de sentar em torno da mesa, estar próximo. Hoje, não se sabe de onde vem o alimento, não se sabe quem o preparou. De repente, você abre um pacote e come aquilo.

O autor introduz esse viés cultural para o consumo da boa alimentação em que evoca os valores familiares que ajudam no bom hábito alimentício, já que

nessas instâncias ocupam um lugar fundamental nos modos de se alimentar, e que traz resultados positivos à saúde do indivíduo.

A relação entre o papel da escola na educação alimentar, e uma alimentação saudável promovida através da merenda escolar requer um conjunto de medidas que realmente possam ser cumpridas e praticada no cotidiano escolar, como a regularidade e variedade de insumos oferecidos e um equilíbrio nutricional na composição do cardápio e por fim um visual atraente dos variados tipos de alimentos para o interesse degustativo por parte das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi descrito no desenvolvimento deste trabalho, através de documentos, decretos e leis, pesquisas bibliográficas, concomitantemente com a opinião de alguns professores sobre o assunto, não deixou dúvidas sobre a atuação e compromisso com a aprendizagem dos órgãos públicos competentes, para a distribuição da merenda escolar. A cada dia, aumenta a preocupação com a origem, os tipos, as combinações, adequações e quantidades de alimentos fornecidos na escola, em função dos mais diversos papéis que desempenham no desenvolvimento dos alunos. No que diz respeito ao seu índice de nutrição, sua influência atrativa na frequência dos alunos na escola, na promoção do desenvolvimento físico e mental, através de suas contribuições nutricionais, a merenda escolar exerce uma significativa influência no cotidiano das instituições educativas.

Percebe-se que o Estado, enquanto regulador e fornecedor maior da educação no Brasil, não tem se furtado a cumprir seu papel, através de programas de alimentação escolar em contínua atualização e mediante a criação, implantação e manutenção de programas educativos que visem a um alcance abrangente dos assistidos pelo ambiente escolar. Assim, a problemática desta pesquisa é respondida, ao constatar que há importante contribuição da educação alimentar, através da merenda escolar, para o desenvolvimento intelectual do aluno.

Apontadas algumas necessidades de melhorias na merenda escolar e sua influência na aprendizagem dos alunos de escolas públicas, observamos que existe um compromisso por parte de autoridades, docentes e comunidade de um modo geral para tentar equilibrar a desigualdade social e nutricional. O importante é que o

primeiro passo foi dado: a conscientização acerca da necessidade de mudanças funcionais para uma aprendizagem democrática e igualitária para todos.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Emenda constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o artigo 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Brasília (DF), 4 fev. 2010.

_____. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília (DF), 16 jun. 2009.

_____. Secretaria de Educação e Secretaria da Saúde. **Portaria interministerial n. 1010, de 8 de maio de 2009.** Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional. Brasília (DF): 2009.

CASTRO, I. R. R. de. **A culinária na promoção da alimentação saudável.** Campinas: Revista Nutricional, 2007.

JESUS, Marlucia Pontes Gomes de. **Alimentação escolar e cantina saudável**, 2011. Disponível em: http://www.artigonal.com. Acesso em: 18 de abril de 2012.

TADDEI, José Augusto. **Risco futuro.** 2011**.** Disponível em: http://www.inca.gov.br. Acesso em: 22 de maio de 2012.